

LEI N.º 3.465, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a implantação do "Programa de Doação Voluntária de Medicamentos" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faço Saber, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe o artigo 69, incisos II e V da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica implantado no Município de Carlos Barbosa o "Programa de Doação Voluntária de Medicamentos" provenientes de doação de pessoas físicas e jurídicas de qualquer natureza.
- §1° Todas as entregas de medicamentos deverão ser realizadas na Farmácia Municipal ou nas Unidades de Saúde do interior do Município.
- §2º Quando da redistribuição dos medicamentos, o receptor deverá ser informado verbalmente que se trata de medicamento proveniente de doação.
- Art. 2° O Programa será organizado e gerenciado pela Secretaria Municipal da Saúde, que tomará as medidas administrativas e técnicas necessárias ao seu funcionamento.
- Art. 3° O Programa consiste no recebimento de medicamentos doados voluntariamente, os quais poderão, após criteriosa triagem, ter por destino a dispensação à população de Carlos Barbosa ou o descarte, este de acordo com a legislação de descarte de resíduos de serviços de saúde.

Parágrafo único. São itens indispensáveis a serem observados na triagem dos medicamentos e insumos:

- I a avaliação do prazo de validade;
- II a inspeção da integridade física;
- III a identificação do princípio ativo;
- Art. 4º Os medicamentos provenientes de doação, que apresentarem qualquer inconformidade em relação aos itens elencado no art. 3º, serão encaminhados para o processo de descarte de resíduos de serviços de saúde.
- Art. 5º Os medicamentos provenientes de doação, classificados como aptos após a triagem, serão

y



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

incorporados ao estoque da Farmácia Municipal para controle e correta dispensação.

Art. 6º Os medicamentos aptos à dispensação que não fazem parte da listagem básica de fornecimento pelos entes federativos serão identificados.

Art. 7° A Secretaria Municipal da Saúde poderá celebrar convênios, que vigorarão sob sua supervisão, com instituições da Sociedade Civil que disponham de estrutura técnica e administrativa para realizar a dispensação de medicamentos, de modo a ampliar sua capacidade de atendimento e facilitar o acesso da comunidade aos seus benefícios.

Art. 8° O Município compromete-se em executar campanhas educativas, buscando sensibilizar a população quanto ao uso racional de medicamentos, doações para dispensação e descarte.

Art. 9° Fica revogada a Lei nº 3.140, de 11 de março de 2015.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Carlos Barbosa, 16 de novembro de 2017. 58º de Emancipação.

Evandro Zibetti, Prefeito do Maricípio de Arlos Barbosa, RS.

Registre-se e publique-se, em 16 de novembro de 2017.

Fábio Fiorotto,

Secretário Municipal da Administração.